



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em segunda convocação para a realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas às dezoito horas na sala Virtual da plataforma Zoom, reuniu-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Julia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS-RJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e a conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – Afinca); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro José Antônio Alexandre Romano (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheiro Marcus Vinicius Abbud Safady (Clínica de Olhos Avenida Rio Branco Ltda) e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). **Coordenação** - Presidência do Conselho: conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. **Auxílio a Coordenação**: Comissão Executiva: conselheiros(as) Júlia Daniela de Castro, Ludugério Antônio da Silva, Neide Maria Neres Tinoco, Maria Angélica de Souza, Lucimar Oliveira Nascimento, Valeska Holst Antunes, Luciana Ludwig Nigri e José Antônio Alexandre Romano. **Moderação** - Secretaria Executiva: Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho. **Pauta Modificada**: **1 – Deliberação** das Atas: de 05-05, 12-05 e 29-05 – **5 minutos**. **2 – Reapresentação** para discussão de alteração dos Indicadores de números 24 e 32 do Pacto Interfederativo – Pactuação Bipartite Municípios RJ 2020 – Dayse Demori – **20 minutos**. **3 – Comitê** Municipal de Políticas para a Promoção da Documentação Civil –



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

COMDOC. 3.1 – apresentação dos objetivos e realizações - Fernanda Nunes da SMASDH e Pedro Arias da CLV – **20** minutos. **3.2** – deliberação sobre a manutenção de representantes do Conselho Municipal de Saúde/RJ no COMDOC – **10** minutos. **4.0** – Comitê Técnico da Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS/RJ. **4.1** – Escolha de representantes titular e suplente para participação no Comitê – **10** minutos. **4.2** – Discussão sobre o apoio a carta do Comitê dirigida à Secretária da SMS/RJ em que apresenta o cenário vivido pela população negra diante da Covid-19 que cobra um posicionamento da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – **15** minutos. **5** – Proposta de Documento a ser enviado à SMS/RJ sobre a situação dos trabalhadores da saúde – **20** minutos. **6** – Discussão de reabertura das escolas no município do Rio de Janeiro – Plano de Retomada em decorrência dos impactos da pandemia Covid-19 – **40** minutos. **7**. Informes da Secretaria Executiva -**10** minutos. **8** – Informes da Gestão da SMS – **10** minutos. **9** – Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. Com relação ao ponto um o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a Secretaria Executiva está pedindo que seja retirado da pauta as atas de 09-06 e 23-06-2020 que foram equivocadamente incluídas nessa pauta. A pauta modificada ao ser colocada em votação pela **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes**, foi aprovada pela maioria simples. **Ponto um**: Deliberação das Atas de 05-05, 12-05 e 29-05. Ao serem colocadas em votação pelo **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, foram aprovadas pela maioria simples. Com relação ao ponto dois, a **conselheira Márcia Reis da Silva** informou que a Dra. Dayse Demori está participando de outra reunião e ao ser indagada se poderia fazer essa apresentação respondeu afirmativamente e lembrou que o ponto dois foi dividido em duas partes, sendo que na primeira será apresentado o Indicador de número 24 que trata da notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. **Ponto dois**: Nesse momento, a **conselheira Márcia Reis da Silva** com a assessoria da Dra. Patrícia Guttmann deu início a reapresentação para discussão de alteração do Indicador de número 24 do Pacto Interfederativo – Pactuação Bipartite Municípios RJ 2020, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas referente ao Indicador de número 24. A **conselheira Valeska Holst Antunes** entendeu que é um indicador diferente, de fato, apesar de tratar do mesmo tema. Disse que a Dra. Cristiany Ávila apresentou um trabalho bem interessante que mostrava um pouco do histórico desses Indicadores para que pudessem abalizar os conselheiros. Perguntou se a área técnica teria conseguido acessar o histórico de desempenho desse novo Indicador para terem isso como abalizador e assim saberem qual será a meta viável para esse Indicador a partir de agora, pois talvez não seja de 60%, talvez seja mais ou menos? A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que não conseguiram analisar especificamente as violências. Entretanto, o campo raça/cor, muitas vezes não é preenchido, inclusive, agora perceberam isso na pandemia da Covid-19. Ressaltou que sensibilizar os notificadores é bem difícil porque quem está notificando não estaria vendo o paciente e o usuário. Por isso, a quantidade de ignorados é enorme. Acha que terão que fazer um trabalho para sensibilizar a importância desse Indicador porque quando veem a mortalidade de várias doenças que é maior na população



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

preta/parda, da violência e da mortalidade materna; acha que 60% é até um Indicador ousado. Informou que 50% das notificações, por exemplo, de coronavírus não tem o campo raça/cor preenchido. Então trabalham no Comitê de Saúde da População Negra que está atuando muito no sentido de dar visibilidade a esses dados e fazendo com que a ponta que está notificando e que está preenchendo o SINAM, entenda a importância disso. Esclareceu que não é uma lei ou uma imposição, mas sim o feedback da Vigilância para os dados, além de mostrar o que tem, isto é, como os dados são alarmantes, pois percebem que existe uma desigualdade ao acesso e ao tratamento. Certamente com a violência não será diferente. Finalizando, disse que ainda não teriam conseguido examinar o que se teve, mas com certeza os 60% é ousado. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** leu a pergunta enviada via chat do Zoom da conselheira Neide Maria Neres Tinoco a saber: “neste sentido, os casos de violências ocorridos nas unidades de saúde e nas maternidades poderiam ser notificados nessas mesmas maternidades e nessas mesmas unidades de saúde”? A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que seriam sim todos os casos de violência e não apenas a violência contra a mulher, mas as violências de todos os tipos como violência contra as crianças, violência autoprovocada etc... Complementando, disse que todos os casos de violência podem e devem ser notificados por todos os profissionais em todas as unidades de saúde, sejam da Atenção Primária em Saúde (APS), sejam das UPA's, sejam dos hospitais. Então é uma responsabilidade do profissional que está atendendo frente a identificação de que teria um caso de violência em sua unidade de saúde o que em muitas vezes não é simples, mas os profissionais de alguma maneira precisam e devem estar preparados e qualificados para entender essa dinâmica que muitas vezes é subliminar, especialmente na APS. Antes de proceder à votação, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou ter uma dúvida. Disse que são dois indicadores, mas o que está em votação é o Indicador de número 24? Então o encaminhamento não teria deixado claro o que a conselheira estará votando. A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que apresentou apenas o Indicador de número 24. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que entendeu que são dois Indicadores a serem votados. Em seguida, colocou em votação a aprovação do Indicador de número 24 que foi aprovado pela maioria simples. Segunda parte da apresentação do ponto dois, referente ao Indicador de número 32 que trata das questões relacionadas ao acompanhamento dos casos de HIV e exames de carga viral. Nesse momento, a **conselheira Márcia Reis da Silva** com a assessoria da Dra. Guida Silva deu início a reapresentação para discussão de alteração do Indicador de número 32, Pacto Interfederativo – Pactuação Bipartite Municípios RJ 2020, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas referente ao Indicador de número 32. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que não está totalmente esclarecida porque antes o outro Indicador que é do controle da carga viral é cumulativo e por assim dizer os casos que serão ao longo do tempo notificados continuarão a ser contabilizados. Então como esse é um caso que está vinculado a questão do diagnóstico, perguntou se o denominador desse número é histórico somado ou apenas está relacionado aqueles que teriam feito o CD4 naquele



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

ano? Respondendo sobre o denominador, a **Dra. Guida Silva** disse que precisam de um Indicador que seja percentual, pois é clássico que o numerador esteja contido dentro do denominador. O denominador será todas as pessoas que tenham feito a primeira avaliação de CD4 naquele ano. Dentre essas pessoas, calcularão o percentual daquelas que teriam o CD4 maior que 350 células. Então o denominador será todos os que teriam feito o exame pela primeira vez naquele ano. O numerador será as pessoas cujo exame esteja maior que 350 células. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação o Indicador de número 32 que foi aprovado pela maioria simples.

Ponto três: Comitê Municipal de Políticas para a Promoção da Documentação Civil – COMDOC. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez um breve esclarecimento sobre a reinclusão do COMDOC na Pauta. **Ponto 3.1-** Nesse momento, a assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), **Senhora Fernanda Nunes** com a assessoria do gerente da CLV, Pedro Arias deu início a apresentação dos objetivos e realizações do COMDOC, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que talvez por distração não teria entendido muito bem como é a frequência do COMDOC e que tipo de demanda isso exige. Particularmente, como está envolvida em outros comitês não poderá disponibilizar tempo para participar do COMDOC. Disse achar que será importante por conta da dinâmica dos conselheiros(as) que falassem um pouco do que se espera do COMDOC, como funcionava, qual será a frequência e os tipos de tarefas que estão colocadas para os integrantes do COMDOC. Perguntou quem será o representante gestor da SMS que representa o titular e o suplente do CMS/RJ e que estaria representando a SMS no COMDOC. A **assistente social Fernanda Nunes** informou que os integrantes do COMDOC se reúnem mensalmente. Na verdade, mantiveram essa frequência mensal de encontros que são presenciais, mas que a partir de abril se transformaram em encontros virtuais. Informou caso não esteja enganada que se reúnem na segunda sexta-feira de cada mês a tarde, às 15 horas. Ressaltou que a reunião geralmente dura em torno de duas horas. Esclareceu que construíram um plano de ação. Inicialmente tinham a perspectiva de se dividirem em subgrupos para atuarem mais diretamente e subdividirem-se nessa atuação, nesses três eixos de diagnóstico, mobilização e fluxos de acesso. Porém a pandemia acabou interferindo um pouco no funcionamento e no planejamento. Por isso, estão fazendo articulações com os Órgãos emissores na tentativa de garantir o acesso à documentação. Em seguida informou que no momento, o plano de ação não está em execução, mas que estão construindo as pautas de uma forma muito democrática. Informou que tem um grupo de WhatsApp que está aberto para receber de qualquer membro do CMS/RJ, as pautas para discussão desde que tenha como pano de fundo o escopo do acesso à documentação. Complementando a fala, o **gerente Pedro Arias** disse que houve dificuldade para executar ações do plano de ação porque todos os Órgãos da prefeitura estariam sofrendo com o efeito da pandemia. Informou que algumas ações previstas no plano de ação não estariam sendo executadas. Disse que a parte de mobilização, de certa forma, está sendo feita por exemplo com a participação nessa reunião virtual e em outros eventos sobre



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

documentação civil, sobre questões de trabalho e de violência contra as crianças entre outros eventos para dar mais ciência sobre a questão da documentação. Em relação aos fluxos, informou que estão acertando os fluxos com alguns Órgãos. Referente a informação esclareceu que teve a parte do folder. Ressaltou que todos os Órgãos estão colaborando bastante na elaboração de todas as pautas que teria falado. Sobre o titular e o suplente da SMS no COMDOC, esclareceu que foram indicadas recentemente como titular a senhora Fernanda Morena dos Santos Barbeiro Vieira e como suplente a senhora Cleuma dos Santos. Finalizando, disse não saber por agora o setor de cada uma delas. Em relação ao COMDOC, a **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que se sente contemplada com a pergunta da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que é de entender um pouco melhor a dinâmica de funcionamento do Comitê para poderem eleger algum representante. Continuando, disse que entendeu que a agenda é presencial, mas devido a pandemia a reunião passou a ser online, sendo realizada na segunda sexta-feira de cada mês a tarde. Pediu então que confirmasse se teria entendido dessa forma. Informou que é médica de um consultório na rua localizado na AP 3.1 e ressaltou que o COMDOC é de fato, um tema muito importante para a população que atende. Em relação à parte do DETRAN, um dos temas da apresentação é que não conseguiu perceber se teve ou não alguma mudança mais recente. Informou que tem um posto avançado no bairro do Méier que foi elaborado em parceria com o DETRAN e a Defensoria Pública onde gratuitamente emitem a segunda via para a população em situação de vulnerabilidade, além de retirar a identidade ao mesmo tempo. Como esse posto avançado está fechado por causa da pandemia, todo o trabalho foi transferido para o DETRAN do Centro fazendo com que a população deste bairro sinta falta desses serviços. Perguntou se teria previsão do posto avançado retomar os serviços e pediu para deixar registrado que foi uma experiência com bastante sucesso e que será bem interessante para os conselheiros pensarem em fazer um plano de ação para replicar isso em outras áreas da cidade, inclusive na Zona Oeste onde muitos tem dificuldades de acesso a documentação. A **assistente social Fernanda Nunes** parabenizou a conselheira Valeska Holst Antunes por ter percebido de perto a importância desse trabalho da documentação, principalmente para essa população mais vulnerável. Prosseguindo, confirmou que é uma reunião mensal realizada na segunda sexta-feira de cada mês e com duração de duas horas. Em relação ao posto avançado localizado no bairro do Méier, esclareceu que o COMDOC enviou um ofício a Defensoria Pública onde solicita a reabertura desse posto de atendimento pelo motivo que também teriam notado o impacto negativo do fechamento desse posto que tem um atendimento diferenciado. Disse que o entendimento dos integrantes do COMDOC é de que esse posto tenha um atendimento diferenciado por conta da atuação da Defensoria Pública e que o ideal é que o próprio DETRAN tenha esse tipo de atendimento e esse olhar em todas as suas unidades de atendimento. Ressaltou que refletiram sobre isso um pouco no comitê estadual de que seria importante ter outros locais que facilitassem o acesso à população de vulnerabilidade para que tenham também esse tipo de atendimento. Sugeriu que os postos pudessem abrir em dias e horários específicos para fazer esse tipo de atendimento diferenciado. Informou que a Defensora Carla Beatriz é muito atuante nessa área e que



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

coordena o comitê de população de rua e habitação. Através do COMDOC seus integrantes também fazem parte desse comitê e de outros comitês também que são desdobramentos do comitê estadual. Entretanto, não teriam tido notícias efetivas de reabertura, mas a Defensoria Pública está se preparando para a retomada do atendimento presencial com aquisições de EPI's, adequações necessárias como instalação de placas de acrílico para atendimento ao público, mas efetivamente não teriam a data para reabertura do posto. Ressaltou que isso virou ponto de pauta na reunião com o diretor do DETRAN e que não pode participar, mas seu colega participou e poderá dar maiores detalhes. Complementando a fala de sua colega, o **gerente Pedro Arias** disse que na semana passada os integrantes conseguiram se reunir com o novo diretor de identificação civil do DETRAN. Esclareceu que fizeram um trabalho em diversas frentes para abrir mais postos de atendimento do DETRAN, inclusive reforçaram a importância do posto do bairro do Méier. Entretanto, o novo diretor explicou que o DETRAN está passando por dificuldades como o problema com o pessoal terceirizado que faz o atendimento. Ainda em relação ao posto do bairro do Méier informou que o novo diretor respondeu que não teria data para reabrir esse posto. Então enviaram dois ofícios para o novo diretor que na reunião respondeu que falará com o presidente do DETRAN sobre isso e depois dará a resposta. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu início ao **ponto 3.2**: Deliberação sobre a manutenção de representantes do Conselho Municipal de Saúde/RJ no COMDOC. Após um grande esforço, dois conselheiros se voluntariaram para representar o CMS/RJ no COMDOC que são os conselheiros Valeska Holst Antunes e Osvaldo Sérgio Mendes. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação os nomes dos dois conselheiros que foram aprovados pela maioria simples, sendo Titular a **conselheira Valeska Holst Antunes**, representante do segmento dos profissionais de saúde e o Suplente o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, representante do segmento dos usuários. Prosseguindo, agradeceu a ajuda do gerente Pedro Arias que agradeceu e pediu que enviassem um ofício via e-mail ao COMDOC para oficializar a indicação dos dois escolhidos para participar desse comitê. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu que o ofício será enviado amanhã, dia 15/07/2020 pelos integrantes da Secretaria Executiva. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a participação da assistente social Fernanda Nunes e do gerente Pedro Arias. Em seguida pediu para que disponibilizassem a apresentação via e-mail para o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho que repassará via e-mail aos conselheiros. A **assistente social Fernanda Nunes** agradeceu a participação dos dois conselheiros supracitados. Finalizando, informou que o gerente Pedro Arias enviará via e-mail a apresentação para a Secretaria Executiva. **Ponto 4**: Comitê Técnico da Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS/RJ. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que essa carta estava circulando no grupo e que a colocará depois para todos lerem, mas antes discutirão a questão da participação efetiva no comitê. Explicou que os conselheiros da comissão de raça, gêneros e etnias tiveram bastante participação nesse comitê, porém, nos últimos anos essa participação declinou muito. Prosseguindo, fez uma breve explanação do



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

histórico de participação nesse comitê. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que é uma das pessoas que teria colocado essa carta no grupo. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu que primeiro tratarão da representação e depois da carta. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** respondeu que estava citando que foi uma das pessoas que colocou essa carta no grupo. Informou que participou da comissão e acha que o trabalho do comitê realmente no passado foi um trabalho brilhante. Acha que é um dos melhores comitês de saúde da população negra e que teria visto atuando em outros lugares. Disse que sabe do “peso” que o racismo institucional tem nas políticas públicas de saúde. Acha muito importante que o CMS/RJ esteja representado. Esclareceu ser um espaço que dialoga, inclusive, com a Comissão Temática de Saúde e Justiça Reprodutiva e que tem interesse caso os integrantes do CMS/RJ entendam em participar desse comitê para reforçar esse papel. Acha que a carta deveria ser lida e depois abrir um espaço para os devidos esclarecimentos. Explicou que a carta dialoga com o que a Dra. Patrícia Guttmann apontou em relação à mudança do Indicador de número 24. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** perguntou se o Comitê Técnico da Saúde da População Negra da SMS/RJ e a comissão de raça, gêneros e etnias são uma coisa só ou não? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** esclareceu que a comissão de raça, gêneros e etnias é do CMS/RJ e o comitê pertence à SMS/RJ. Continuando, fez mais um breve esclarecimento para que não pairasse dúvidas. Após sua dúvida ser esclarecida, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu para incluir seu nome nesse comitê. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou os motivos do não comparecimento da titular e da suplente nesse comitê. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que entrará em contato com a conselheira Sônia Maria Nascimento que é a titular para saber as dificuldades dela em participar das reuniões desse comitê. Ainda em relação a esse comitê que é extremamente importante, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que na sala 624 do Conselho Municipal de Saúde, no arquivo, está o relatório de todas as reuniões que participou. Ressaltou que está marcada uma reunião, via videoconferência desse comitê no dia 22 de julho às 14 horas. Prosseguindo, convidou o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes e a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para participarem dessa reunião por terem sido eleitos na reunião ordinária de junho de 2020. Como surgiram algumas dúvidas de como seria essa reunião, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** esclareceu que o link do calendário das reuniões do comitê está inserido na página do CMS/RJ. Acrescentou que enviará convites para os dois conselheiros a fim de participarem da reunião dia 22 de julho. Em seguida deu início ao **Ponto 4.1** – Escolha de representantes titular e suplente para participação no Comitê. Prosseguindo, colocou em votação o nome da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e do conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes para representarem o Conselho Municipal de Saúde no Comitê Técnico da Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, respectivamente como titular e suplente. Terminada a votação a indicação dos conselheiros foi aprovada pela maioria simples. Como titular a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** e como suplente o



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Ponto 4.2 – Discussão sobre o apoio a carta do comitê dirigida à Secretária da SMS/RJ, em que apresenta o cenário vivido pela população negra diante da Covid-19 onde cobra um posicionamento da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez a leitura da carta utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou quando se trata de indicador de cor e raça por mais que tenham decisões judiciais e fortes manifestações, precisam de muito esforço para que se compreenda a importância de terem esses dados preenchidos. Então, não é em vão que o Estado altera um Indicador para dar uma maior relevância ao componente. Acha como é uma situação absolutamente grave e como faz parte dos temas do Controle Social desse Conselho, será muito relevante que o CMS/RJ manifeste seu apoio a carta do comitê técnico da saúde da população negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Ressaltou que estava fazendo uma defesa de considerar muito relevante, pois os apontamentos que estão na carta são graves e hoje foi publicada uma matéria sobre as gestantes e puérperas em que aponta a gravidade dessa realidade no Brasil. Porém, quando fazem essa relação com mulheres negras, a realidade é mais preocupante e considera muito relevante a carta, pois o grupo que a escreveu foi bastante conciso, mas o problema é muito mais extenso do que eles colocaram na carta. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que a carta foi bem redigida apesar do processo ser muito mais cruel do que estava sendo apresentado na carta, mas essa carta tem sua importância. Ressaltou que todos deveriam apoiar aprovando essa carta. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** deu seu apoio a aprovação da carta e parabenizou os conselheiros escolhidos para participarem do Comitê Técnico da Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação a carta do Comitê Técnico da Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que foi aprovada pela maioria simples. **Ponto 5** – Proposta de Documento a ser enviado à SMS/RJ sobre a situação dos trabalhadores da saúde. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento teria levado essa proposta para a Comissão Executiva. Logo após deu início a apresentação e a leitura do documento utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final, chamou a responsável pela elaboração do documento. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** informou que desde o início da pandemia tiveram um número de óbitos de profissionais nas unidades de saúde além de afastamento de outros profissionais de saúde com síndrome gripal. Afirmou que os mesmos fizeram uma reclamação e apesar de terem cumprido o prazo de afastamento não conseguiram fazer a testagem, pois quando tentaram fazer a testagem obtiveram como resposta que deveriam agendar e quando chegava o dia do agendamento o prazo para fazer o exame já teria passado. Explicou que o exame da síndrome gripal só seria feito a partir do oitavo dia dos sintomas como é informado no site <https://aps.saude.gov.br/noticia/8078>. Por esse motivo, os profissionais de saúde não conseguem fazer testagem. Em relação as dificuldades, os profissionais de saúde



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

reclamam que nas unidades de saúde não tem testes porque os testes foram distribuídos por CAP's. Então o profissional de saúde tem que sair do seu plantão para agendar e na grande maioria das vezes este deveria estar ainda com síndrome gripal, mas caso não esteja o exame não poderá ser feito. Disse que existem muitas dificuldades para os profissionais de saúde fazer os testes. Sobre essas reclamações informou que estiveram fiscalizando em relação a qualidade e concluíram que estão negando os EPI's para os profissionais de saúde. Para se justificar dizem que os profissionais de saúde "não poderiam usar esses EPI's, bastando o que lhe foi dado tipo capotinho de pano". Alegam que não tem EPI's na unidade de saúde. Essas são as informações que os profissionais passam. Então narrou uma cena que aconteceu no Hospital Municipal Salgado Filho onde uma colega sua teria reclamado de ter levado uma capa de chuva para a irmã porque não tinha capote. Ela respondeu para a sua colega fazer uma denúncia formal. Ainda em relação às reclamações disse que um profissional de saúde, colega seu, teria lhe mostrado a qualidade da máscara cirúrgica. Outra profissional de saúde que trabalha no setor de isolamento lhe mostrou uma máscara de obra que protege contra inseto e poeira mandando-lhe a foto da embalagem da máscara. Disse que esse tipo de máscara de obra não poderá ser usado dentro do setor. Em relação às unidades de saúde citou uma em que os profissionais lhe disseram que não tem por exemplo, álcool em gel e para isso recebem doações. Disse não saber como está acontecendo essa questão dos EPI's. Por isso, deseja saber qual é verdadeiramente o controle de qualidade dos EPI's porque durante a fiscalização, os profissionais de saúde lhe mostraram máscaras parecidas com a N95, mas essa máscara na verdade não tem filtro, apenas uma única camada, ou seja, não protege nada e não está em conformidade com os padrões que deveria ser. Perguntou se a Secretaria Municipal de Saúde poderia trazer essas informações para todos. Sobre o Hospital Municipal Pedro II, disse que os profissionais de saúde dessa unidade de saúde lhe informaram ser impossível usar apenas uma máscara cirúrgica durante doze horas de plantão. Nessa unidade de saúde ainda falta sabão e papel toalha. Então um profissional de saúde lhe questionou se é obrigado usar uma máscara cirúrgica durante doze horas. Ela respondeu que ele não é obrigado. Ressaltou que essa máscara está fora dos padrões preconizados pela ANVISA que é vinculada ao Ministério da Saúde. Perguntou se está faltando mesmo esses EPI's nas unidades de saúde? Essa é a grande questão e queria esse esclarecimento para levar a sua categoria, pois é cobrada o tempo todo pelos profissionais de saúde porque nesse grande índice de contaminação dos trabalhadores, o risco é levar coronavírus para a família também. Citando um exemplo, disse que uma colega, o marido e o filho positivaram. Com isso, o profissional de saúde fica marcado pela sociedade por ele ser o grande retransmissor de coronavírus para as pessoas e de estar saindo de sua unidade de saúde contaminando. Ressaltou que isso lhe foi dito por profissionais de saúde. Informou também que um profissional de saúde foi agredido dentro de um trem por ser considerado uma pessoa que poderia contaminar outras porque o coronavírus circula entre os profissionais de saúde das unidades de saúde. Esclareceu que ele circula pela falta de EPI's e pelo uso da máscara cirúrgica além do tempo previsto. Essa é uma das queixas que os profissionais de saúde tem além da constante falta de testagem, embora entenda que tenha um prazo, um tempo, mas



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

enfim, não viu esse acolhimento em relação aos profissionais de saúde. A **conselheira Valeska Holst Antunes** complementando, informou que diante das diversas denúncias recebidas, o Sinmed fez auditoria em várias unidades de saúde do município do Rio de Janeiro e também do Estado do Rio de Janeiro. Em relação às unidades de saúde do município do Rio de Janeiro informou que elas estão com número reduzido de profissionais de saúde, além da qualidade dos EPI's e principalmente da qualidade do capote e das máscaras. Ressaltou que os profissionais de saúde recebem cada um, um kit de EPI que deveria ser utilizado durante o turno do plantão de doze horas. Quando o profissional sai da sala para ir ao banheiro ou para se alimentar, ele tem que retirar o capote que já está contaminado e deixá-lo pendurado para reutilizar depois. Ressaltou que esse procedimento não é recomendável pelos comitês de infecção hospitalar, pois existe um altíssimo índice do profissional de saúde se contaminar ao vestir esse material que já está contaminado. O certo é retirar esse material e jogar no lixo, pois se trata de material descartável e que, obviamente, não poderia ser reutilizado. Ressaltou que isso está acontecendo durante a pandemia. Agora, talvez, pela diminuição de atendimentos a situação esteja ficando um pouco mais amena. Informou que existe uma situação que não aparece nas reportagens, mas que é muito flagrante e importante em algumas unidades de saúde. Por exemplo, o CER Centro, unidade municipal que não teve readequações do fluxo de organização do trabalho tanto para proteção dos profissionais de saúde quanto para a população e que durante todo esse tempo todos estiveram misturados, isto é, sintomáticos e não sintomáticos. O infartado que chega ao CER Leblon está o tempo inteiro na mesma sala amarela com quem está com Covid-19. Certamente em muitos momentos, houve contaminação cruzada da população que foi buscar acesso aos serviços de saúde por outros motivos e que não foi a questão de sintomas respiratórios ressaltando que é um problema grave que identificaram. Em relação a questão da testagem, disse que é difícil para as pessoas fazerem o Swab (Swab Nasofaringe-NF e Swab Orofaringeo-OF), conhecidos como teste do cotonete e que o correto é testar primeiro todos os profissionais de alta exposição como é o caso dos profissionais de saúde. Disse que todos os profissionais de saúde deveriam ser testados periodicamente mesmo os assintomáticos para que uma vez identificado através do Swab a presença do vírus, o profissional de saúde tem que ser afastado mesmo que não tenha sintomas porque se estiver trabalhando mesmo assintomático, contaminará as pessoas ao seu redor como colegas de trabalho e as pessoas que esteja atendendo. Então em vez de cuidar ele estará sem querer oferecendo risco. Mas o que temos é justamente o contrário. Informou que está preocupada devido a uma norma técnica mais recente que surgiu com a disponibilidade dos testes rápidos entregues pelo Ministério da Saúde. Ressaltou ser um teste rápido que não detecta o vírus apenas os anticorpos. Esse teste é feito furando o dedo para verificar o IGG e IGM e que tem uma sensibilidade e uma necessidade muito baixa e que também só poderá ser utilizado a partir do oitavo dia dos sintomas. Por exemplo, se está sintomática e faz o teste no oitavo dia e dá negativo, a pessoa estará liberada para retornar ao trabalho sem cumprir os quatorze dias de quarentena. Ainda sobre esse teste que há pouco tempo a técnica de enfermagem de sua equipe, embora estivesse afastada por outra condição de saúde foi contaminada pelo coronavírus e



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

precisou ficar internada em estado grave por mais de quatorze dias. Ressaltou que a família dela teve sintomas, mas ela conseguiu a testagem por ser profissional de saúde e porque estava internada. Então o Swab deu positivo e a família foi testada e os resultados de todos foram negativos, mas com certeza eles tiveram coronavírus. É um teste que não serve para detectar a Covid-19. Disse que aproveitará o tempo para trazer mais uma questão para o CMS/RJ. Informou que a farmácia está sem receber insumos, ou seja, desabastecida tanto em relação a questão da Covid-19 que está sendo falada que é a questão dos anestésicos e tanto das pessoas que estão em ventilação mecânica. Porém, hoje, existe a falta de uma série de outros insumos desde antibióticos que começaram a faltar a algum tempo nas emergências de UPA's, dos hospitais e das unidades básicas de saúde. Enumerou alguns insumos que estão em falta como antibióticos, medicação controlada psiquiátrica, antihipertensivo além de uma série de itens básicos que estão em falta na farmácia nesse momento. A **conselheira Elizabeth Guastini** disse que reforçará tudo o que foi colocado, pois se sente contemplada. Lamentou terem atravessado esse período tão longo com todos esses erros, com tanto prejuízo para os profissionais de saúde e para a população em uma situação em que a Secretaria de Saúde não tem o direito de errar em suas decisões porque conhecimento não falta, dinheiro não falta em hipótese nenhuma. Disse achar que foi um descaso como sempre foi feito e o que está sendo feito até hoje com os profissionais de saúde que tentam fazer o melhor para evitar que todos que estão diante da população não apenas da situação do coronavírus como em outras situações também de agravo de saúde e não percebem um compromisso verdadeiro. O erro de fluxo foi seríssimo ao fazer contaminação cruzada porque misturou pessoas com outros agravos com pessoas que estão com Covid-19. Ressaltou que continuam com o quantitativo de pessoal reduzido e com essa redução o aumento absurdo de demanda que continua expondo os funcionários e acha que esse documento poderia conter mais algumas coisas, inclusive a falta de abastecimento. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** informou que o documento poderá ser complementado com as sugestões das conselheiras Elizabeth Guastini e Valeska Holst Antunes se assim elas desejarem. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que o CDS da AP 5.2 se preocupa muito com a questão do profissional de saúde. Não sabe se poderá acrescentar algo nessas propostas que estão sendo apresentadas. Informou que estão debatendo a desvalorização do profissional de saúde que está muito evidente. Disse que na AP 5.2 receberam notícias de que esses profissionais estão sofrendo assédio, outros foram removidos, outros transferidos e outros reclamam que seus nomes foram retirados da folha de gratificação em um momento muito crítico da pandemia. Esclareceu que as diretoras ou diretores das unidades, gestores como queiram chamar imaginam e tomam decisões que causam prejuízo ao servidor. Ressaltou que não lhe cabe julgar o ato do titular, mas nesse momento muito crítico pensa que determinadas decisões deveriam ser pensadas com bastante cautela, com muito cuidado e muito zelo. Além disso, o profissional de saúde sofre com o problema da testagem sobre o tempo para ser feito, sobre o número, sobre tudo e onde fazer, pois é tudo muito regulado porque nesse tempo de espera pode perder um tempo precioso que é o de combater o coronavírus e com isso, de evitar a expansão da contaminação porque já fora dito que o profissional que não sabe



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

vai contaminar a família, os colegas e os outros. Então é preciso que tenha, hoje, uma maneira de consertar o que foi dito nesse fórum virtual e que não foi bem pensado, não foi bem idealizado. Também a questão do afastamento do servidor, do profissional, do trabalhador de saúde que além de alguns terem os salários atrasados ou não pagos como o caso daquele que faz a limpeza da unidade de saúde na AP 5.2 e que recebeu apenas cem reais de salário no mês de junho referente ao trabalho feito no mês de maio. Como pode isso! Ressaltou quando fala em profissional de saúde está falando em trabalhador de um modo geral. Informou que os trabalhadores estatutários, profissionais de saúde do quadro permanente estão sendo punidos por terem que se afastar compulsoriamente já que são do grupo de risco ou mesmo por estarem com Covid-19. Informou ainda que esses trabalhadores fizeram essas denúncias ao CDS da AP 5.2 assim como denunciaram o corte das gratificações o que fez o triênio ser reduzido. Prosseguindo, disse que o corte está no contracheque dos servidores da administração direta que já recebem um salário muito precário. Disse que essa é sua sugestão, sugestão do CDS da AP 5.2 com relação a essa carta, a essas propostas colocadas nessa reunião pela conselheira Lucimar Oliveira Nascimento. Perguntou se existe alguma possibilidade de fazer esse complemento de alguma forma para resguardar os profissionais de saúde desses prejuízos nesse momento de pandemia, pois o profissional não se afasta por doença porque quer ficar doente, nem pela forma compulsória porque quer. Não é escolha do trabalhador sair e se afastar pelo contrário muitos optaram por ficar para não terem perdas, além de estarem exercendo com amor grande, empenho e zelo seu papel enquanto profissional na linha de frente do combate a Covid-19. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse para Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes teria entendido que a intenção das conselheiras é de fazer outro documento incorporando as informações trazidas pelas conselheiras Elizabeth Guastini e Valeska Holst Antunes. Se concordarem que esse documento seja melhor elaborado para dar andamento, que as conselheiras Lucimar Oliveira Nascimento, Elizabeth Guastini e Valeska Holst Antunes se reúnem para aperfeiçoar esse documento mantendo o que foi falado nesta reunião virtual e depois o encaminhe para a pessoa do Secretário Executivo que colocará a disposição da Comissão Executiva e que depois de aprovado o encaminhará a Secretaria Municipal de Saúde. Prosseguindo, perguntou se poderia ser feito dessa forma? As conselheiras Valeska Holst Antunes, Elizabeth Guastini e Lucimar Oliveira Nascimento concordaram. Para esclarecer o que foi dito pela conselheira Neide Maria Neres Tinoco em relação ao corte de gratificações e outros assuntos a **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** informou que os sindicatos fizeram uma reunião na Mesa do SUS para tratar do corte de gratificação, mas infelizmente a Secretaria Municipal de Saúde não respondeu e não deu a devida atenção que merecem. Esclareceu que ontem, enviou e-mail solicitando uma resposta sobre os cortes sofridos pelos trabalhadores que estão afastados por terem comorbidades. Ressaltou mais uma vez que nenhum trabalhador está feliz em ficar em casa por estar licenciado por comorbidade, pois o trabalhador prefere mil vezes estar trabalhando com saúde plena e que estão tentando conversar com a Secretaria Municipal de Saúde que não dá resposta. Em relação aos EPI's, informou que muitos profissionais estão sofrendo assédio ao questionar a qualidade dos EPI's, principalmente das



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

máscaras, pois o profissional não pode usar uma máscara cirúrgica por doze horas e que apesar disso não estar no protocolo, a chefia, o gerente ou administrador responde sempre esse questionamento dizendo que “é assim que você vai trabalhar porque é o que tem”. Esclareceu que isso não ocorre apenas com o servidor, também com o trabalhador terceirizado que tem mais medo de falar justamente porque sabe que existe uma fila de trabalhadores que precisam da sua vaga e que pode ser dispensado. Então o assédio é um ponto muito forte que pode colocar no documento e com relação aos cortes estamos tentando ver se pode ser colocado, mas a questão do assédio sofrido não sabe se pode ser colocada. Entretanto, ficará por conta das outras conselheiras opinarem para trabalhar esse documento, complementando-o e deixando-o mais enriquecido. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse concordar em aperfeiçoar o documento. Perguntou se teriam feito notificações para enriquecer o documento, pois a Justiça pede isso. A **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que o Sindicato dos Médicos fez uma série de relatórios dessas visitas e que foram anexadas em um processo porque conseguiram processualmente na Justiça, uma garantia, inclusive, com uma determinação de multa caso os EPI's não fossem fornecidos. Disse então que fizeram esses relatórios justamente para anexar no processo, embora isso não tenha caminhado muito na Justiça. Ressaltou que pode compartilhar os relatórios feitos pelo Sinmed com o CMS/RJ e finalizou dizendo não saber se os outros sindicatos também teriam relatórios. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** concordou dizendo que as notificações teriam que ser feitas pelas indenizações aos profissionais que faleceram para que a família receba e para os que estão em atividade. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação após consenso do Pleno, fazer um documento nos moldes colocados nessa reunião virtual para entregar a Secretária Municipal de Saúde que foi aprovado pela maioria simples. Logo após colocou em votação os nomes das conselheiras Valeska Holst Antunes, Elizabeth Guastini e Lucimar Oliveira Nascimento para redigirem esse documento aprimorando-o com as informações trazidas nessa reunião virtual e encaminhando-o a Secretaria Executiva para colocá-lo a disposição da Comissão Executiva para aprová-lo e, em seguida encaminhá-lo a Secretária Municipal de Saúde. Aprovado pela maioria simples. Prosseguindo, disse que aguarda o envio desse documento por parte das conselheiras e que foi confirmado por elas. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** em nome do Controle Social e falando pelos usuários disse que estão muito bem representados pelas três conselheiras e que tem o aval do Controle Social. **Ponto 6** - Discussão de reabertura das escolas no município do Rio de Janeiro – Plano de Retomada em decorrência dos impactos da pandemia Covid-19. Nesse momento, o representante do SEPE, **Senhor Ângelo Júnior** deu início a apresentação utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final, o primeiro ciclo de perguntas e respostas foi aberto. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** perguntou se a apresentação poderia ser enviada aos conselheiros, pois a letra pequena não facilitou a leitura. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse ao representante do SEPE, Senhor Ângelo Júnior que seria interessante o envio da apresentação. Ele concordou. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que prestou atenção na leitura do teor da



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

carta e que no final da fala o convidado disse que o prefeito afirmou que as crianças não estavam tão suscetíveis a Covid-19. Perguntou se realmente existe total segurança de que as crianças podem ficar em uma sala de aula pouco arejada, misturadas sem esse risco e baseado em quê se afirma isso? Que estudos e pesquisas são esses que os conselheiros desconhecem? Disse que se tivesse uma criança pequena não se sentiria segura em levá-la à escola e não só em tempo de pandemia, mas com a questão da meningite e outras coisas. As mães passam um “sufoco” com as crianças na escola ainda mais com a pandemia da Covid-19 que é altamente contagiosa. Indagou se a criança usará máscara? Ressaltou que têm suas dúvidas, mas se os profissionais têm estudos e pesquisas que comprovem que isso é muito natural e normal, que a convençam e a instrua, pois é ignorante em relação a isso. Disse que se tivesse uma criança ou um jovem adolescente não mandaria para a sala de aula nesse momento. Talvez fosse bom que os técnicos tranquilizassem a população e aqueles que estão presentes nesse recinto virtual como ela para que possam auxiliar outras pessoas. Por isso, se inscreveu para falar antes do conselheiro José Antônio Alexandre Romano que é um profissional da área de saúde e que poderá informar baseado em que pesquisa e estudos as autoridades de saúde afirmam ou não como foi dito que as crianças não estão tão suscetíveis assim de serem contaminados e de terem a doença. O **conselheiro José Antônio Alexandre Romano** respondeu que por não fazer parte do Comitê Científico se abstém de falar e que não tem as respostas dadas através do Comitê Científico. Que pessoalmente é preciso fazer essa reabertura e ressaltou que a reabertura tem sido um sucesso nas cidades onde foram feitas. Informou que não houve aumento dos casos em nenhum desses lugares. Que o plano da prefeitura é semelhante à de outros estados e municípios brasileiros. Então, concretamente tem um momento em que a pandemia cede. Disse que não sabem muitas coisas sobre a Covid-19, mas sabem sobre a pandemia porque a pandemia não é para sempre. A pandemia ocorre e vamos ter sim surtos. Em relação a segunda onda, acha muito difícil no mesmo lugar onde teve a epidemia viral e ter o mesmo vírus ocorrendo e reinfectando. Informou que ainda está em estudos e por isso, não podem dizer nada sobre isso. Em relação às crianças, esclareceu que sabem que às crianças são menos acometidas por Covid-19. Essa é a experiência internacional. Quanto a reabertura das escolas, propôs que o Conselho de Educação fosse ouvido e não apenas o SEPE, pois conhece a posição do SEPE por ter visto a nota que é somente de reabrir quando tiver a vacina. Explicou que a questão da vacina está colocada na Mesa, inclusive o próprio prefeito fechou as praias por entender que somente com a vacina as praias poderão ser reabertas. Agora a vacina é uma quimera, pois não sabem se vai acontecer e que ainda estão em testes. Acha que a discussão está ficando “embaralhada” pelo seguinte: a questão das escolas é mais complexa na questão do distanciamento social e que é necessário continuar sendo feito e também por saberem as condições das escolas municipais. Então uma comunidade do Rio de Janeiro tem às vezes mais aglomeração do que dentro de uma escola. Em relação a manter o ensino ou não, disse que algumas universidades retornaram, mas outras não como a UFRJ que só voltará quando tiver a vacina. Disse entender que é uma questão da área da educação decidir e acha que o Conselho Municipal de Saúde deveria procurar junto às entidades dos



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

profissionais o melhor alicerce para que o pessoal da educação tome a melhor posição. Ressaltou que a questão da reabertura das escolas não é tão simples. Não basta baixar um decreto para que as escolas reabram amanhã e não adianta publicá-lo, pois existem situações em que as pessoas não vão aos bares. Por exemplo, em São Paulo os bares estão com dez por cento da capacidade. Isso não depende de nossa vontade para que as pessoas retornem ao normal tão rápido e que tem um assunto que poderia entrar na discussão quando pudermos voltar ao normal. Essa é a grande questão e não estaremos seguros, inclusive com a própria vacina porque existe um movimento contra a vacina. As pandemias virais são surtos e por isso, não estaremos seguros. O CMS/RJ pode interagir com o Conselho Municipal de Educação, pois ali estão os profissionais que vivenciam a situação e que no seu entender podem ajudar. Em relação ao plano de reabertura, disse que não houve nenhuma pressa, na verdade o plano demorou a ser planejado, pois ninguém sabia que fariam reabertura e ninguém poderia dizer como fazer a reabertura da economia porque é algo muito complexo. Que não esperavam, por exemplo, que na cidade do Rio de Janeiro quando foi feita a reabertura, que existe um documento de “lockdown” proposto pela Fiocruz onde propõem que o “lockdown” seja feito em cima de dados. Ressaltou que discutirão, hoje, esses dados porque a cidade está em curva descendente da pandemia, haja vista, que não houve aumento no número de casos com a reabertura. Então terão que avaliar se querem que a cidade fique fechada até a chegada da vacina. Inclusive avaliar a demanda dos pais dos alunos. Essa discussão das escolas é extremamente complexa e que não é uma discussão fácil. Ninguém pode dizer que tem a verdade, pois ninguém tem a experiência de abrir escolas após a pandemia porque a última pandemia foi à gripe espanhola e só temos a vivência de 1920. Disse que outros países estão fazendo a reabertura. Que a discussão no Brasil e nos Estados Unidos está muito politicamente enviesada em relação a questão da pandemia. Então tem que avaliar como a pandemia está sendo discutida na Europa onde se alastrou muito rápido. Ressaltou que a França fez a reabertura total e a cidade de Paris reabriu mesmo com o número estrondoso de casos. Disse para a conselheira Neide Maria Neres Tinoco que não sabe o que poderá acontecer com a abertura das escolas e que ninguém pode dar essa resposta com segurança. A pessoa ficará trancada em casa pelo resto de sua vida? Não vamos mais mandar as crianças para as escolas porque podemos não ter vacina? A vacina é uma aposta, mas não é uma verdade. Informou que o plano de reabertura está correto, pois foi feito em cima de critérios técnicos parecidos com o de outros estados e de outras cidades. Disse que as cidades do Nordeste estão fazendo a reabertura em cima dos critérios técnicos. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse que se sentia bastante confortável em falar da situação da educação por ser educadora. Informou ser professora aposentada da Secretaria de Educação e que vivenciou experiências de escolas em salas de aula. Trabalhou no primeiro segmento de primeira a quarta série com salas pequenas planejadas para um número “x” de alunos nas quais têm uma quantidade enorme, geralmente quarenta alunos em uma sala de aula em um espaço físico bem pequeno onde as crianças ficam muito próximas uma das outras. Disse não tem como fazer um distanciamento social com uma sala com quarenta alunos e não se pode colocar no mesmo patamar os diferentes segmentos da educação. Não tem



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

como colocar a nível superior, a nível médio a educação alimentar no mesmo patamar porque às crianças não tem o entendimento que um jovem, um adolescente e um adulto tem. Em relação à questão do profissional de magistério, informou que levou todos os seus anos de magistério falando que o profissional de magistério tem que receber insalubridade porque não se tem noção do número de profissionais da educação que estão afastados desde a sarna até uma meningite. Exemplificando, disse que uma amiga sua engravidou e uma criança com rubéola que supera isso com muita facilidade, mas contaminou a professora, sua amiga, que acabou perdendo a criança e nunca mais conseguiu engravidar. São casos que parecem pontuais, mas não são. Aquelas enfermidades que na criança muitas vezes se manifesta de maneira branda, quando ela transmite para um adulto traz consequências muito graves e sem contar que, hoje, os profissionais da educação não se aposentam só com vinte e cinco anos de magistério. Eles são obrigados a trabalhar muito mais tempo com uma idade acima de cinquenta anos. Ressaltou que existem muitos profissionais de magistério e não apenas professores, mas serventes e merendeiras com idades bastante avançadas e que estão no grupo de risco. Então não há condições de reabrir como se fosse antes da pandemia, não tem como. Disse achar que há estratégias, há alternativas como dividir as turmas em dois turnos, sendo metade da turma em um horário e a outra metade em outro horário. É muito trabalho em cima dos alunos do primeiro segmento porque eles não conseguem se relacionar sem se tocar e as brincadeiras na hora do recreio são próximas. Eles também têm uma proximidade muito grande com os professores, uma carência, um carinho. Eles não conseguem se manter a distância. É muito difícil não ver um aluno abraçando e beijando um professor, eles amam. Informou que passou por uma situação dessa quando uma aluna não estava indo a escola e ao vê-la a agarrou, abraçou-lhe e lhe beijou. Perguntou então o motivo dela está faltando às aulas e a criança respondeu que estava com caxumba. Ressaltou que não teve caxumba dando graças a “Deus” e por não ter sido contaminada, mas poderia ter sido. Acha como foi dito que será preciso pensar nisso com muita cautela porque as crianças podem não ser suscetíveis, mas os profissionais da educação são e muito suscetíveis a muitas patologias porque existem muitas doenças infectocontagiosas. Por isso, podem cometer realmente um erro muito grande de reabrir precipitadamente sem uma estratégia adequada que traga proteção aos profissionais da educação. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** disse que aproveitará a fala dos conselheiros José Antônio Alexandre Romano, Maria Clara Migowski Pinto Barbosa e Neide Maria Neres Tinoco para complementar sua visão, pois todos sabem que nenhuma vacina imuniza cem por cento e que está falando como profissional de saúde, embora não pertença a imunização tem conhecimento e concorda com a situação colocada pela conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa de que o profissional também faz parte da sociedade e da comunidade. Enfim, do profissional que não tem EPI's nos hospitais. Informou que teria trazido um tema anterior para ser discutido sobre a qualidade, o quantitativo e de quem fornecerá esse EPI. Por exemplo, para o professor qual será a qualidade desse EPI? Em seguida, colocou uma situação pessoal dizendo que anos atrás quando tinha seus vinte e poucos anos passou no primeiro concurso de merendeira escolar. Dentro da escola acabou adquirindo catapora de uma aluna e que é dessa forma



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

que ocorre o contato e que é difícil conseguir explicar para um adulto que a máscara não é para ser colocada no queixo e pendurada na orelha porque tem que cobrir nariz e boca. Imagine conseguir manter crianças e alunos mesmo que sejam adolescentes com a máscara no nariz e no queixo, conforme tem que ser. Explicar que precisa higienizar as mãos em escolas que muitas vezes falta água. Então se nos hospitais está faltando álcool em gel, papel toalha e sabão, imagine tudo isso também faltando nas escolas. Se o adulto tem que manter essa boa higienização, sabe-se que muitas vezes é falha também, pois já teriam feito estudos que a maçaneta contamina. Percebem essa dificuldade de como manter. Aproveitando a fala do conselheiro José Antônio Alexandre Romano disse que em outros países ocorreu a reabertura das escolas. Ele lembrou que a França ao fazer a reabertura das escolas, acha que com quinze dias um terço das crianças já estavam contaminadas. Foi isso que leu e acha que isso se deu no final de maio. Por isso, o primeiro-ministro francês resolveu fechar novamente essas escolas para readequá-las porque tem que ter esse distanciamento na sala de aula como disse a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa. Afirmou que as salas de aulas estão superlotadas e que acompanha seus colegas da educação nos grupos de servidores. Essa queixa sobre o grande quantitativo de alunos e também das salas apertadas, não arejadas, enfim, as más condições das escolas do município do Rio de Janeiro e todos sabem disso. Que volta a se posicionar que a educação não é só colocar a matéria no quadro como disse o representante da SEPE, Senhor Ângelo Junior. É muito difícil evitar o contato com a criança, pois nas brincadeiras existe contato sim e as crianças veem nos profissionais o contato que às vezes não tem em suas casas. Esse carinho eles não tem e diz isso porque trabalhou em escola e a chamavam de “tia da cozinha”. Quando chegava era recebida com abraços, beijos e com tudo porque na maioria das vezes essas crianças são carentes de uma base familiar. Essas mesmas crianças têm irmãozinhos, avô, ou seja, alguém de risco. Muitas vezes, por exemplo, em comunidade sabe que são as casas de cômodo onde é difícil fazer isolamento, além de terem contato com esses parentes. Em sua opinião, isso seria uma solução ampla da sociedade e que é uma questão de saúde também e não uma questão de discussão só da educação. Tem que levar em consideração o cuidado com o profissional que estará em contato com o aluno. Pode ser que na maioria das crianças não se agrave, mas levará para o profissional do grupo e para outros profissionais a contaminação. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que, de fato, têm uma situação grave e cheia de incertezas com um monte de coisas que não conhecem. Uma dificuldade de poder determinar um momento se é que existirá um momento para os próximos seis, doze ou não se sabe quantos meses de segurança total. Concorde que é algo difícil de almejar, porém, não podem dizer assim: “já que não tem uma garantia total vamos tocar as coisas”. Não dá para ser assim porque poderemos ter um processo de redução responsável dos riscos e acha que a comunidade escolar está solicitando isso. Então um elemento que foi trazido e traz uma preocupação é que no momento em que essas coisas acontecem, elas acontecem de maneira desigual. As condições em que esse retorno acontece nas escolas privadas e nas escolas públicas se dará muito diferente tanto pelas condições de trabalho que existe hoje nas escolas quanto para essa questão social levantada pela conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento, que



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

é a própria condição de habitação. Afirmou que consegue dizer que seu filho consegue ficar de fato separado fazendo contato online com os avós que são do grupo de risco. Mas dentro da comunidade muitas vezes isso é absolutamente impossível. Há de se pensar numa maneira melhor e mais planejada sobre todas as estratégias e maneiras de fazer isso e os momentos sem essa pressa porque essa redução dos alunos já foi colocada. Como é que se faz essa redução também pensando em reduzir a carga horária? Como isso fica do ponto de vista da questão dos conteúdos? Como se fará, de fato, a questão da redução dos alunos sem ampliação do número de salas de aulas, do número de profissionais porque não existe esta previsão? E quanto a questão estrutural física e dos EPI's? Tem também a questão da testagem que já colocaram e a dificuldade dos profissionais de saúde serem testados. Profissionais da educação e crianças tem alguma possibilidade de serem testadas de alguma maneira, inclusive preventivamente. No momento em que tiver uma testagem positiva qual a política em relação a isso? É de afastamento individual? Inclusive é uma opção da Europa e que não está fechado porque têm modelos diferentes em cada país. Agora, uma vez que tenha alguém sintomático somente aquela criança será afastada ou o grupo todo será afastado? Ressaltou que tudo isso são debates que precisamos fazer e que não podem ser feitos as portas fechadas. Gostaria de saber se o conselheiro José Antônio Alexandre Romano saiu da plataforma? Quando dizem que foi uma discussão adoçada, concorda que foi adoçada sim porque foi feita sem a participação popular, sem a participação de quem está lá fazendo as coisas. Teve até uma publicação em relação a isso que mostra um pouco dessa contradição em que a Câmara de Vereadores a distância, os vereadores nas suas casas para não correrem o risco de se contaminarem decidiram sobre um retorno presencial de aulas nas escolas. Então os conselheiros enquanto espaço de Controle Social faz mais do que no sentido de apoiar a necessidade de um amplo debate com a comunidade antes de qualquer proposta de fato seja levada a cabo da reabertura das escolas e que tenha aprovação em um debate amplo com a comunidade escolar como um todo. A **conselheira Elizabeth Guastini** disse concordar plenamente com todas as colocações, inclusive da última com a conselheira Valeska Holst Antunes. Disse achar que pelo próprio documento tem uma série de questões que precisam ser fechadas e entende que até hoje a prefeitura não consegue fechar as questões mais plenas dela e vai fechar isso como? Se aparecer algum caso como será tratado? Como será feita a Vigilância Sanitária disso? E, se teve gente que já teve e passou por esse período inteiro sem testes para os profissionais de saúde que retornam ainda positivo para Covid-19 e aqueles que sabem que estão positivos. Essas crianças no espaço escolar ficarão se esbarrando o tempo inteiro e todos sabem disso, pois isso acontece na hora do lanche quando forem sentar no refeitório para se alimentar. As condições são as mesmas no colégio privado? Terá um trato diferente? Terá possibilidade daquele colégio atuar de uma maneira que ele tenha uma vigilância, uma segurança melhor? Enquanto que no público não sabem o que irá acontecer e fora o fato que ao dividir a turma reduzirá o número de alunos por turmas. Terá espaço para alocar mais professores? Por conta de todas as situações o que acontecerá já que existe um percentual muito grande de professores acima de sessenta anos, alguns com cinquenta e sete, fora a população que está desassistida do ponto de



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 14/07/2020

vista de saúde porque tem uma série de pessoas que não sabe que tem comorbidade pelo fato de não terem assistência e isso complica tudo. Disse achar que essa pressa para retornar causa estranheza porque a praia que é um ambiente aberto, ao ar livre e para ser reaberta o prefeito disse que tem que ter vacina senão não vai reabrir de jeito nenhum. Os ambientes fechados e confinados são mais complicados mas o prefeito quer reabrir. Disse achar que o principal problema é a criança ir a escola e depois retornar a sua casa onde viu pessoas que tiveram todo o trabalho e sacrifício até hoje procurando se cuidar nesse período inteiro e que poder ser perdido. Pode não pegar a forma mais grave mas se pegar como ficará? Afirmou que sabe da existência de uma diferença, seja por conta da falta de testes ou por conta das condições de saúde nas comunidades porque a letalidade está maior do que em outro lugar. Quer dizer, tem uma série de questões que devem ser bem pensadas porque ao se provocar uma reabertura obriga os pais a mandar a criança para a escola. Acha que a prefeitura em relação a situação dos que estão em casa agora com aulas online, sabe que isso vai perdurar um pouco mais e por isso, tem que garantir essas aulas online com a melhor qualidade, pois demorou muito para fazerem uma coisa que não tem

uma qualidade legal, isso dito pelo público. Disse achar que têm que ter consciência e que isso não acontece a qualquer hora, pois há cem anos tivemos essa situação que foi a pandemia da gripe espanhola (1918-1920) e que em três levadas, sendo uma em cada ano dizimou 5% da população mundial e que está acontecendo agora. Acha que é o momento de termos cuidado sim, pois cada vida é importante. Toda vida tem que ser conservada. O representante do SEPE, **Senhor Ângelo Júnior** iniciou dizendo que passou o documento para a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento lembrando primeiro que não é o SEPE que faz política pública e devido a falta de diálogo e, pelo Plano de Reestruturação o SEPE junto a outros profissionais de educação e também de outros segmentos fizeram um documento com recomendações ao manifesto e que nesse manifesto em nenhum momento consta que eles só retornariam se tivesse vacina, mas acha que precisam de um melhor planejamento porque sabe que a pandemia afeta a todos e com consequências diferentes, mas como representantes dos profissionais das escolas públicas sabe da realidade que as escolas públicas que atende principalmente as camadas mais baixas da população. Por isso, tem que ter um olhar muito diferenciado e muito mais cuidadoso e, é isso que eles reivindicam. Como foi falado pelo conselheiro José Antônio Alexandre Romano, eles fazem política educacional e só a política pública poderá nos salvar além da ciência porque dessa situação pelo contrário, precisamos mais de política pública. Prosseguiu dizendo que o SEPE não está fazendo política partidária e que este assunto é para outro momento, o de eleições. Essa não é a intenção deles independente de partido ou de governo, exatamente para que possam representar o que expressa os trabalhadores das escolas. Por isso, agradece o espaço e acha que o debate é fundamental e reafirma que esse é o momento de defender a vida e não o momento de retorno porque precisamos sim que as políticas públicas sejam debatidas, democratizadas e sabe que não surgirá uma vacina da noite para o dia, mas que tenham o máximo de segurança para profissionais, alunos, familiares e debruçar sobre nós essa intenção. Agradeceu dizendo que mandou o documento para a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento para que compartilhe com os companheiros, pois não conseguiu enviar pela plataforma. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** iniciou dizendo que deseja somente discutir esse encaminhamento por parte do Conselho e foi bom ouvir o Senhor Ângelo Júnior e como educadora pela rede de Caxias é muito importante o Conselho de Saúde ter uma posição em relação a isso. Talvez tenha faltado por conta de nós um contraponto ao que eles argumentaram quanto à retomada porque enquanto Conselho de Saúde, deveríamos valorizar o que teríamos apostado e o que tínhamos levado em consideração o que eles ouviram sobre o Plano de Retomada já que como Conselho de Saúde não questionamos a existência dele na reunião passada e precisamos entender que o lugar é esse e o que esperamos deles. Disse que se preocupa muito com a situação das famílias porque o fato de ocorrer uma retomada no início dos serviços e ainda como as crianças estão se fragilizando em relação as outras redes sociais, não acha que é um problema que os educadores deveriam resolver e não é isso que está querendo colocar, mas é um problema com as famílias que estão retornando ao seu cotidiano e ao mesmo tempo a preservação da vida, pois não retornariam seu cotidiano e que tem um contraponto que pesará. Acha que a conselheira Valeska Holst Antunes colocou muito bem ao dizer que o sistema privado acabará pesando muito, mas do ponto de vista dos educadores a mão do dinheiro pesa. Finalizando, disse que precisam ter uma posição sem dúvida e deseja ver a posposta que eles tem e não sabe como fazer esse encaminhamento e avaliar isso. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** iniciou dizendo para o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho achando que deveríamos convidar em nome do Conselho Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação com a presença do SEPE porque isso é muito polêmico, pois como houve falas na outra reunião que abrirão as escolas, quais serão as penalidades daqueles alunos que os pais decidirão que não participarão por “n” motivos de saúde e

outras coisas. Então fez um encaminhamento ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho indagando sobre o que acha de pontuar isso para a próxima reunião ordinária chamando a Secretaria Municipal de Educação para aprofundar mais a discussão com essa abertura porque o SEPE já teria se posicionado. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** iniciou dizendo que tem um encaminhamento da Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes para a próxima reunião de chamar a Secretaria Municipal de Educação para ouvirmos qual é o posicionamento daquela Secretaria em relação a isso. Perguntou se teria outro encaminhamento? A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** deu aparte dizendo que gostaria que chamassem outras entidades como o Conselho Municipal de Educação e não apenas chamar o gestor. Temos perguntas da conselheira Neide Maria Neres Tinoco em que teria dito que não foram respondidas por eles, por exemplo: “quais seriam as condições sanitárias de enfrentamento da escola?” Quem responderá isso é o gestor, mas existem outras perguntas em relação ao entendimento das outras categorias que deveriam ser chamadas assim como outros entes e não acha que é suficiente. Finalizou dizendo que para completar o encaminhamento da presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes, acha que cabe ao Conselho de Saúde cobrar o órgão gestor sim, mas que precisamos saber como eles pretendem colocar essas crianças para dentro e, em que condições físicas como a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa teria falado e ainda como protegerão a categoria porque é bom que expliquem, mas não chamar somente eles para que possam tomar uma posição. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** reiterou dizendo que teria se referido chamar o Conselho Municipal de Educação e outros órgãos que fossem necessários também. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** deu aparte dizendo que podem chamar também alguém da Fiocruz porque será alguém técnico de saúde falando, expondo realmente e colocando um contraponto até na questão do contágio porque eles tem um entendimento de como poderá ser, inclusive o colega, eles já teriam feito esse posicionamento. Ratificando, disse que será então a Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Estadual e também órgão ligado à Fiocruz que ainda é um órgão que tenha bastante peso na saúde. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou se conseguiriam convidar a Fiocruz e se a Fiocruz domina o assunto? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou se lhe permitem dar um aparte dizendo ser evidente que já conhecemos o posicionamento da Prefeitura. Disse quando colocam a prefeitura está incluso o gestor, isto é, a Secretaria Municipal de Educação e também a Secretaria Municipal de Saúde. O que está lá no Plano é a questão da reabertura, pois já conhecemos e sabemos qual é o plano e a posição do gestor. Sabemos também a posição da Fiocruz pelo documento ventilado na imprensa que é trazido a todo o momento. Então talvez falte ouvirmos a posição do Conselho Municipal de Educação nessa situação e que talvez já tenha um posicionamento referente a isso. Será que não basta um documento do Conselho Municipal de Educação sobre isso ou se teriam uma posição para que possamos partir para outros lados? Finalizou dizendo que às vezes temos que desburocratizar um pouquinho e talvez um documento perguntando qual o posicionamento dirigido ao Conselho Municipal de Educação com relação a reabertura das escolas de acordo com o Plano do Município para que o Conselho de Saúde se posicione através de um documento. Acredita que com isso iremos desburocratizar um pouco e aí sim, teremos elementos de como será a posição da Prefeitura, da Fiocruz e ficaremos sabendo qual é a posição do Conselho Municipal de Educação até porque já sabemos a posição do SEPE. Acredita que ficará mais fácil discutir do que a toda hora ficarmos ouvindo falas, palestras e palestras sobre uma coisa que os conselheiros já devem estar bastante ricos com relação a isso. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que teria sido por isso que fez a proposta de encaminhamento para a Secretaria Municipal de Educação já que o SEPE teria falado e a Secretaria Municipal de Educação irá explicar. Retificou dizendo que é o Conselho

Municipal de Educação. O **conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro** pediu a palavra dizendo que faz parte do Conselho Estadual e que desde o início o Conselho Estadual está denunciando as irregularidades da Secretaria Estadual de Saúde e que teria dado no que está. Agora, o gabinete de crise está pedindo ajuda no Conselho Estadual para colocar conselheiros. Se o Conselho Municipal tiver que decidir terão que decidir sem ter que ficar pensando o que A ou B está pensando porque quando der ruim, todos terão que se explicar e o Conselho Estadual de Saúde não está preso porque vem se posicionando desde o início contra os desmandos da Secretaria Estadual de Saúde. Finalizou dizendo que o fato da Prefeitura querer liberar sem ter vacina, não ter aporte, não ter condições; depois que ocorrer os óbitos nada trará as crianças de volta. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** tomando a palavra disse pelo que teria entendido não devemos ouvir mais ninguém e que devemos tirar um posicionamento com relação a isso já! O **conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro** respondendo disse que não! O Conselho Municipal de Saúde tem autonomia para deliberar o que ele acha que é certo ou errado. Porém, ele não tem que influenciar se A ou B está favorável à Prefeitura porque eles não são políticos, são do Controle Social e representam a sociedade civil que se faz presente no Conselho de Saúde que é a função deles. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** entendeu dizendo que a proposta da Presidente é ouvir o Conselho Municipal de Educação com relação a reabertura das escolas e teria colocado que deveríamos fazer uma consulta, pois imagina que eles já teriam discutido ou se traríamos eles para outra reunião do Conselho de Saúde. Disse que só estava sugerindo e que não estava propondo nada. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse acreditar que deveríamos ouvir sim para que o Conselho Municipal de Saúde delibere já que teríamos ouvido a Secretaria de Saúde, a posição do Prefeito, o SEPE e agora está faltando o Conselho Municipal de Educação porque aí sim elaboraremos um documento com deliberação. Perguntou ao Pleno se poderia ser assim? A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** queria dizer que não ouvimos a Secretaria Municipal de Educação e tem perguntas já que a Secretaria tem condições de responder, por exemplo, como a Secretaria de Educação irá adquirir EPI's para os funcionários? Isso é uma posição da Secretaria de Educação e não é uma coisa que o Conselho de Saúde conseguirá expressar. Acha que não adiantará trazê-los para que se posicionem sobre condições ou não e que não é ela que terá condições de dizer. Que devemos ouvir a área de educação ou quem tenha condições de dizer que não é ela. Então devemos ouvir a área de educação e precisamos ouvir quem tem condições de dizer o que será feito enquanto que o Conselho de Saúde deve acompanhar essa discussão para tomarmos uma decisão e assim chamar o gestor e o Conselho de Educação. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** respondendo à conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida disse até onde esteve acompanhando, a Secretaria e a Secretária de Educação em princípio entendem que não está se opondo e o que está acompanhando, senão nem teriam essa discussão ampla do SEPE, até porque poderíamos ouvir, mas acredita que o gestor já está apoiando a reabertura. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que entendeu, mas sobre o não querer reabrir estamos apontando um conjunto de condições que as escolas não tem e o gestor diz o contrário e a Fiocruz diz que não teria condições por "n" motivos e a Secretaria vem em contraponto dizendo que dará condições. Que condições são essas que serão dadas? Qual será o plano na prática? Continuou dizendo que uma coisa é o discurso que ela poderia não ter recebido e que poderia existir, mas que ela não está acompanhando a pauta de fato do cotidiano aqui no Rio de Janeiro. Que não teria lido nenhum documento de como será essa rotina e sabe que tem uma previsão, mas que não sabe o que está sendo proposto de fato e que o Conselho trará uma posição muito bacana, mas quer entender de onde teriam tirado essa logística porque isso, inclusive, torna mais factível de se avaliar se o que eles estão colocando do ponto de vista da saúde

das pessoas é o que nos tange e estamos preocupados lá com várias coisas e que caberá a gente analisar do ponto de vista da saúde das pessoas se isso tem mérito ou não. Disse que eles afirmam uma coisa enquanto outros, como outra coisa e o que afirmarão. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, procurando alinhar disse que o Conselho Municipal de Saúde poderá ter alguma dessas posições, poderá ser radicalmente contra a reabertura das escolas antes que se tenha a segurança das vacinas; poderá ser favorável à reabertura das escolas desde que apresente condições minimamente seguras para isso com distribuição e a forma de como as crianças estarão na escola, ou seja, com estrutura para isso ou ser favorável à reabertura das escolas como está lá no plano cegamente favorável. Disse que seriam essas três posições que o Conselho de Saúde poderá ter e para que cheguem a uma dessas posições teríamos ouvido todos até agora e, só estava faltando o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação para que tenhamos posicionamento direto do gestor para responder essas questões porque o Conselho de Saúde está estudando essa coisa mais a fundo. Finalizou perguntando se está correto e, se é isso mesmo de chamar esses dois órgãos para que estejam presentes na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que concorda e perguntou se os demais concordam? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que colocará em votação a proposta de chamar para a próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pedindo a palavra falou que na realidade a reunião ainda está longe e a abertura é agora. Em agosto não dará tempo para fazer essa reunião e sabemos que é complexa a discussão e teremos que ter uma decisão porque para fazer essa reunião lá na próxima reunião ficará complicado. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes qual seria a sua proposta? O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que devemos fazer a votação nesta reunião se sim ou não quanto a abertura ou não, direto e objetivo. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** encaminhando disse que tinham duas propostas: uma que é chamar a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação na próxima reunião onde o Conselho de Saúde tomará uma posição ou não. A outra feita pelo conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes que seja decidido hoje no Conselho de Saúde se é favorável ou não a reabertura das escolas sem a segurança da vacina, ratificando com o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que a questão não seria a vacina e que o próprio documento do SEPE não coloca a vacina como delimitador, mas sim que se tenha um plano mais elaborado e com ampla aprovação da sociedade. O representante do SEPE, **Senhor Ângelo Júnior** disse que é somente para auxiliar que realmente não é baseado na vacina e sim nas instituições de referência como a Fiocruz que estabeleceu algumas porque eles não fazem protocolo em relação à saúde, mas baseados na Fiocruz, na UFRJ e outras entidades que tem reconhecimento social e técnico nessa área, que são contrários à reabertura nesse exato momento de agosto que não precisa de vacina, mas sim de medidas que tenha controle sobre essa pandemia. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** pediu para que o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes formulasse, então, sua proposta. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que seria de não reabrir enquanto não tivéssemos as condições dignas de fazermos o trabalho e preservar a vida. Que deveria ter EPI's e distanciamento normal para que se possa dar maior segurança e preservação da vida das crianças e dos trabalhadores. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes**, dirigindo-se ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes perguntou por que não fazer uma reunião extraordinária na semana seguinte trazendo subsídios para que seja elaborado um documento? O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** respondendo disse que se os companheiros e companheiras acatassem, ele estará de acordo porque hoje é dia 14 de julho. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** tomando a palavra, disse que o Controle Social jamais poderá garantir uma coisa

dessas se não tiver uma instituição científica para isso. Que não é o Controle Social que dirá sim ou não e que deve ter um parecer científico com pessoas competentes do ramo. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** se manifestou em favor de chamar a Fiocruz. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que deve chamar a Fiocruz sim porque ela tem capacidade técnica para responder às indagações deles. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** ratificou. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que reforçou mais acima no grupo sobre a chamada da proposta da Mesa com a conselheira Neide Maria Neres Tinoco já que teremos uma rodada extraordinária dessa Mesa para que se faça com a Fiocruz, com o Conselho de Saúde e com a Secretaria de Educação colocando todos na mesa e cada um fazendo uma apresentação para que possamos tomar uma decisão organizada e com texto bem escrito para que não fique parecendo que estamos fazendo politicagem. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** concordou. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** dirigindo-se ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes perguntou se ele retira sua proposta em troca de uma reunião extraordinária na semana seguinte? Ele respondeu sim mas que fossem ouvidas as autoridades. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que irão chamar, mas não garante que venham. Perguntando se temos um acordo para puxar uma reunião extraordinária na semana seguinte com a presença da Secretaria de Educação, do Conselho de Educação e da Fiocruz sobre a pauta da reabertura das escolas e que será pauta única, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, concordou. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou então em votação reiterando o assunto como pauta única que foi aprovada pela maioria simples. Disse que a princípio será na terça-feira seguinte e caso não consigam tentarão, mas uma coisa que talvez inviabilize a reunião será a resposta negativa de algum desses órgãos, aliás, de todos esses órgãos. Suponhamos que os três não respondam ou dois ou nenhum porque a reunião terá que acontecer e o Conselho de Saúde precisará tirar um posicionamento. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que se for assim não terá jeito e teremos que fazer a reunião batendo o martelo. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que se preocupa muito com a fala do conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro de que o Conselho de Saúde tem que ter uma posição sim e que chegará uma hora que teremos que decidir alguma coisa e que esse momento será na próxima terça-feira. O ruim é que ele já teria marcado na quinta-feira seguinte uma reunião com o Conselho da AP 2.1, dia 23 de julho e que então não daria. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** fez a proposta para que fosse na terça-feira mesmo e que seja convocado já e quem vier terá vindo e quem não vier se posicione de qualquer forma. Nesse momento, membro do Colegiado que não se identificou disponibilizou a plataforma. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que o problema não é a plataforma e sim que ele e a presidente estarão na reunião mais ou menos no horário que acontecerá a nossa reunião e que a presidente nem sabia que estará naquela reunião vindo a saber agora. Finalizou ratificando a pauta de reabertura das escolas e volta às aulas, agradecendo ao representante da SEPE, Senhor Ângelo Júnior passando a palavra para a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** que também agradeceu a participação do representante da SEPE, Senhor Ângelo Júnior lhe dizendo que se ele quiser participar da reunião na próxima terça-feira, o secretário executivo poderá socializar o link. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento poderá passar para ele. O representante do SEPE, **Senhor Ângelo Júnior** agradeceu dizendo que precisam debater muito porque temos responsabilidades diferentes no processo fazendo esse agradecimento ao Conselho Municipal de Saúde e se coloca à disposição para na semana seguinte ou quando for necessário maiores esclarecimentos. Finalizou dando boa noite a todos e que a representação do SEPE estará presente não sabendo se será na sua figura ou de outro representante. **Ponto 7:** Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo**

David Salvador de Lima Filho informou que a reunião virtual, feita via videoconferência, de modo algum faz com que os conselheiros esqueçam o Regimento Interno, onde reza que as reuniões são abertas ao público. As providências já foram tomadas, pois antes se fazia um comunicado na página do CMS/RJ, mas não era uma garantia que o público acessasse a página. Que jamais proibiram a participação de pessoas trazidas por conselheiros e para isso, estabeleceram que a fala precisa estar de acordo com o Regimento Interno. Ressaltou que com a retomada das reuniões presenciais manterão a prática de anunciar as reuniões do CMS/RJ no diário oficial, tanto que a reunião de hoje já saiu no Diário Oficial da semana passada. Trata-se de um convite do CMS/RJ, onde consta o link convidando todos para a reunião. Então qualquer pessoa da população pode acessar o link e participar. Informou que está visualizando vários nomes de pessoas diferentes nessa reunião e não sabe se é efeito dessas publicações. Disse que maiores informações sobre a pauta poderá ser encontrada na página do CMS/RJ e ressaltou que esse mesmo procedimento terá que acontecer nos Conselhos Distritais de Saúde. Informou que na sexta-feira teremos a reunião do CDS da AP 5.1, inclusive amanhã deverá sair no Diário Oficial a chamada para essa reunião e o link para todos que queiram participar. Evidente que isso é com o Colegiado, porém nas reuniões da Comissão Executiva não é necessário esse procedimento. As reuniões do Colegiado são públicas e devem ser anunciadas. Ressaltou que estas providências estão sendo tomadas e pediu aos representantes distritais presentes nessa reunião, que não esqueçam ao fazer uma reunião do seu Colegiado, de notificar a Secretaria Executiva com antecedência necessária, de preferência no mínimo de uma semana ou cinco dias no máximo para que possamos providenciar a publicação e para que passem o link onde se dará a reunião. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que os conselheiros distritais do CDS da AP 5.2 nunca fizeram publicação de reunião no Diário Oficial. Pediu que lhe mostrasse se isso está no Regimento Interno para que possa informar aos conselheiros distritais de sua área. Informou ainda que estejam se organizando em relação às reuniões virtuais ordinárias, mas em relação às reuniões extraordinárias que são convocadas intempestivamente, talvez a publicação ocorra depois devido ao trâmite. Ressaltou que tudo isso tem que ser bem explicado porque estão se ambientando, se habituando e aprendendo a fazer reuniões virtuais. Prosseguindo, disse que precisam colocar em prática essa organização e começar também a aprender, a executar e exercitar. Disse que é a primeira vez que recebe a recomendação de que as reuniões devem ter um prazo de cinco dias de antecedência de publicação. Perguntou se isso poderia ser feito por e-mail porque desburocratizar será melhor para todos agora. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a pandemia está ensinando algumas coisas para as pessoas e uma das coisas mostrou que existem outros instrumentos porque no Regimento Interno está escrito que as reuniões são públicas, ou seja, aberta a sociedade com direito a palavra dentro do tema. Entretanto, não existe no Regimento Interno uma forma de fazer o público tomar conhecimento da reunião e apesar das reuniões serem públicas, isso nunca foi pensado. Disse que se preocupa muito com a questão legal dos conselheiros, pois se alguma coisa acontecer os que serão chamados pela Justiça amanhã são os presidentes dos conselhos distritais de saúde, os membros das comissões executivas e os membros dos Conselhos, mas a pessoa do secretário executivo não. Entretanto, tem que se preocupar com essa questão por todos. Ressaltou que as coisas não acontecem da noite para o dia porque todos têm que ir se acertando e ter essa compreensão. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que entendeu isso como uma recomendação de zelo do CMS/RJ. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** concordou dizendo que o ideal é que todos devem se acertar, por exemplo, não deu tempo, tudo bem! Farão na outra, mas tem que ir acertando porque se puder fazer da melhor maneira. O CDS da AP 2.2, por exemplo, fez algumas reuniões e até hoje isso não foi feito, pois não colocaram no Diário Oficial e nunca foi colocado. O

conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes disse que existe um problema na fala e que essa plataforma digital permite no máximo cem pessoas de forma gratuita. Porém, para permitir trezentas pessoas ou mais o custo é caro. Então se fizer isso para mais de cem pessoas não haverá recursos financeiros. Ressaltou que a plataforma usada no CDS da AP 2.2 é paga por ele, mas não poderá pagar vinte ou cinquenta dólares para fazer uma plenária do Controle Social. Isso tem que ser revisto. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou quantas pessoas cabem no auditório do CDS da AP 2.2 para fazer uma reunião plenária? O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** respondeu por suposição que cabem trinta ou cinquenta pessoas. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** retrucou dizendo que se tivesse mais de cinquenta só as cinquenta primeiras pessoas entrarão, pois não haverá espaço para as outras. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** respondeu que não está falando de espaço físico. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu que a plataforma digital também tem espaço. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** concordou. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** explicou que o CDS da AP 5.2 consegue reunir cem, duzentas pessoas em reunião presencial porque não precisa pagar pelo seu próprio espaço físico ao contrário da plataforma virtual que obriga a pagar. Disse que a prefeitura não permitiu o acesso a esse tipo de ferramenta e não pagou para terem isso o que é um problema. Nesse momento ocorreu um “burburinho” na plataforma. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que tanto o espaço físico como o virtual tem limite de pessoas. O próprio Regimento Interno reza que a reunião deve garantir a segurança das pessoas dentro do espaço que as comporte. Ressaltou que isso vale para o espaço virtual, no caso em questão até cem pessoas de forma gratuita. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que por estarem em um momento de pandemia, a Justiça mais tarde poderá notificar o CMS/RJ. Então a deliberação de colocar no Diário Oficial foi para assegurar proteção ao Colegiado. Participante na plataforma que **não se identificou** agradeceu por participar como povão. Disse que está gostando muito das informações e que ao fazer uma reunião ao vivo para o povão está bom, pois o esclarecimento que está ouvindo é muito enriquecedor. Repetiu que poderia ser ao vivo usando ferramenta online, mas que pudesse acompanhar as falas. Disse não saber se isso seria possível. O **conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro** disse que isso é possível pela plataforma Zoom baixando para o Facebook e o Youtube. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que a retribuição online via plataforma Zoom pode ser replicada bastando que o CMS/RJ tenha uma conta de ligação que teria colocado na reunião passada em que o CMS/RJ tenha algum espaço de processos de comunicação para ter um espaço de comunicação externo onde as pessoas possam acessar e saber o que acontece no CMS/RJ. Disse desconhecer se o CMS/RJ tenha um canal de comunicação além da página oficial. Esclareceu que isso poderá ser criado como aconteceu no Conselho Estadual de Saúde ao utilizar o Facebook, além de outros mecanismos de comunicação. Nesse caso, se a intenção é tornar as reuniões públicas, basta abrir uma conta no Youtube com o nome do Conselho, o Gmail, o link da plataforma Zoom e ligar-se ao link da conta do Facebook. Ressaltou que esse procedimento é feito dentro da plataforma Zoom para passar a transmitir pelo Youtube em vez de dar o endereço para as pessoas acompanharem a reunião numa plataforma que tem um limite de pessoas. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** perguntou se é gratuito? A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que no Youtube é gratuito. O **conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro** disse que consegue fazer isso. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou o ideal é que o CMS/RJ tenha uma licença. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** pediu uma condição essencial com gratuidade para que os dez conselhos distritais de saúde tenham isso também de forma universal, conforme orientação do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho, pois é uma orientação valiosa que resguarda a todos e por isso, temos que

ter gratuidade de forma oficial e segurança. Essa é a preocupação de todos quanto a possibilidade de interagirmos nesse momento de reunião. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que uma coisa é a pessoa tornar transparente o que está se fazendo porque toda ferramenta precisa tornar isso o mais transparente até porque será melhor com menos problemas na frente. A questão de espaço fica evidente e, se a pessoa tiver uma plataforma que comporte talvez quinhentas pessoas, isso repercutirá de forma tal que chegará o momento de fechar porque não poderá comportar um milhão de pessoas e somente quinhentas pessoas. Isso tudo é o que todos devem fazer dando publicidade do que está se fazendo e onde está se fazendo. Agora se as pessoas irão conseguir participar efetivamente ou não é outra questão, pois o importante é o que estamos fazendo. Quanto a questão de criar uma conta no Youtube para transmitir as reuniões ao vivo, não é problema. Agora os dez conselhos distritais de saúde trarão essa proposta e precisará de alguém que possa fazer isso, pois não sabe como se faz. Tudo o que tem sido feito nesse espaço virtual é com ajuda dos conselheiros. Por outro lado, essa plataforma foi cedida pelo meu filho Diogo Franco que a emprestou porque a prefeitura fez uma que não foi adiante. Disse que ficou normal somente quarenta minutos, quando estavam realizando uma reunião no momento em que a plataforma Zoom lhe dera apenas como degustação para depois mudar e ampliar para um espaço melhor. Então quando acabou o tempo da degustação, o Zoom voltou a ser de quarenta minutos com número limitado de participantes. Por isso, não adianta criar um blog, página no Facebook porque tem que ter pessoas para cuidar disso. A nossa realidade é que não dispomos de verba e nem de gente qualificada para isso. Agora, os conselhos distritais de saúde como são locais de voluntários, se tiver gente que saiba fazer, que queira voluntariar-se e o conselho distrital de saúde permita que o faça não há nenhum problema. O ideal é que as reuniões do CMS/RJ sejam transmitidas para o público, mas colocar em jornal não renomado onde as pessoas não costumam ler, no caso o Diário Oficial, essas pessoas deveriam ler. Isso para a Justiça é válido porque assim dirão: “eles publicaram no Diário Oficial tornando a coisa pública”. Prosseguindo, disse que isso não é feito nas reuniões presenciais, mas que deveríamos fazê-lo. Então cometemos esse erro de não fazer há muito tempo e que não é de agora. À medida que vamos aprendendo o tempo vai passando e aprendemos com os próprios erros, porém procurando acertar e não é preciso ficar no erro para sempre. Em suma é isso. A outra informação é como prometemos demos uma boa mexida na página do CMS/RJ com uma melhor organização. A página está bem melhor para consulta e já estamos colocando as informações dos comitês e dos Órgãos externos que participam. À medida que vão respondendo, embora não tenhamos tido tanta resposta até agora porque para colocar precisamos de respostas. Como teria dito, o primeiro a responder foi o comitê de saúde da população negra cuja resposta já foi colocada na página. Estamos trabalhando a página da melhor maneira possível para que a mesma sirva para comunicar e para pesquisa da melhor forma que pensou-se em trabalhar. Como disse, o fato de não ter profissional para essa área e verba para fazer isso e até para manter a página é difícil. O outro informe é que iremos providenciar um ofício a ser enviado via e-mail aos presidentes distritais de saúde informando que precisam ter um calendário de reuniões desses conselhos na página. Entende que na pandemia pararam de fazer reuniões. Então precisamos disponibilizar na página, inclusive, o calendário das reuniões ordinárias do CMS/RJ, pois às reuniões extraordinárias não tem como prever em calendário. Vamos solicitar aos conselhos distritais de saúde que enviem essas informações com relação as suas reuniões. **Ponto 8.** Em relação aos informes da Gestão da SMS, não houve. **Ponto 9.** Informes do Colegiado. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que junto com a conselheira Suelen Guimarães dos Santos fazem parte da Comissão temática de Saúde e Justiça Reprodutiva. Esclareceu que conversaram e ficou decidido que farão uma reunião na próxima semana. Na dúvida, deseja saber se as outras

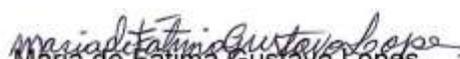
comissões temáticas foram instaladas e se estão funcionando, em especial a Comissão temática de Educação Permanente. Disse que comentou na última reunião a inclusão de um ponto sobre as comissões temáticas nessa agenda. Disse que já conversou um pouco com a conselheira Monica Fernandes Lahmann que faz parte da Comissão temática de Gênero, Raças e Etnias. Informou ainda que tentou falar com a conselheira Carmem Sandra Portugal Nogueira, que faz parte da Comissão temática de Educação Permanente. Pediu aos conselheiros que estejam em outras comissões temáticas que dessem informes sobre o andamento dessas comissões e, se isso poderia constar na pauta. Em relação à Comissão temática de Saúde e Justiça Reprodutiva, informou que acessou a página das comissões distritais, mas gostaria de ouvir a opinião dos demais conselheiros distritais se cabe abrir alguma ficha para ter dados de outros conselheiros distritais que queiram acompanhar os trabalhos da comissão para que sejam incluídos numa lista específica ao invés de depender dos presidentes dos conselhos distritais de saúde a todo o momento em que acessar. A idéia é abrir uma ficha da Comissão temática de Saúde e Justiça Reprodutiva explicando como é o trabalho dessa comissão. Aqueles que tiverem interesse e possam acompanhar a agenda, enviaremos direto para as pessoas o que estiver acontecendo. Que deseja consultar os demais colegas e a título de informe, existe o interesse em abrir esses tipos de canais de comunicação com outras pessoas como Instagram e redes sociais para que possam falar sobre as comissões temáticas. Como o CMS/RJ não tem esses canais sente-se um tanto tolhida. Não sabe como isso acontece em relação aos outros conselhos distritais de saúde e se existe algum lugar que seja utilizado esse tipo de mecanismo. Disse acreditar muito nesse lugar de transparência como foi colocado pelo Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho e da importância de ampliarem o diálogo com as pessoas sobre os temas que estão discutindo. Deseja ainda saber se isso é uma coisa que precisa ser aprovada? Ressaltou que irão trazer toda a documentação a partir da primeira reunião agendada na semana que vem e como não sabe da prática está trazendo para a reunião do Colegiado para que ao chegar à Comissão temática de Saúde e Justiça Reprodutiva, sintam-se com mais propriedade ou não em relação a isso. O informe seguinte é que a Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro está abrindo muito em virtude desse tema da pandemia. Lamentou que muitos conselheiros tenham saído da plataforma e que está colocando isso para ser registrado em ata como um manifesto do desejo da sua associação e que é parceira dos demais conselheiros. Prosseguindo, informou que abrirão um processo de acompanhamento de educação perinatal “online” com gestantes voluntárias, com Doulas cadastradas e associadas porque querem oferecer isso para que os Conselhos Distritais de Saúde visualizem casos que tenham gestantes que queiram esse tipo de acompanhamento de educação perinatal a distância e que irá acontecer basicamente via canais de WhatsApp com Doulas e que estarão de plantão todos os dias para acolher essa gestante além de promover alguns encontros que será via Zoom. Ressaltou que está deixando o registro de que a associação se coloca à disposição caso outros conselhos distritais de saúde precise. Basicamente queremos fazer esse trabalho de voluntariado e que será voltado as gestantes do SUS. Então caso vocês conheçam pessoas que tenha esses movimentos dentro dos conselhos distritais de saúde e caso queiram ser parceiros da associação está se colocando à disposição. Informou para quem tiver interesse que a procure no grupo ou no “chat”. Disse que vai propor o encaminhamento desse convite aos conselhos distritais de saúde também, além de colocar no grupo quando abrir a inscrição. Porém, gostaria que já soubessem caso identifiquem quem pode fazer essa parceria com a associação de Doulas porque gostaria de compor essa movimentação. Pediu novamente a comissão temática caso o tenha e não sabe se é pauta indagando a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes e ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho porque tem coisas que às vezes pergunta por não ter prática e que está nesse espaço aprendendo e perguntando até porque não é daquele tipo que não sabe e fica

calada. Disse então não saber perguntando qual é o procedimento porque deseja fazer sim a difusão do trabalho da Comissão temática de Saúde e Justiça Reprodutiva e com isso, deseja entender qual o mecanismo para os outros conselhos? **O conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que ouviu a todos e os conselheiros precisam ter mais disciplina desde o início até o fim da reunião. Os conselheiros devem se policiar sobre isso porque fica difícil fazer uma reunião sem disciplina. Sobre o informe que dará necessita de uma posição do CMS/RJ e de todos os que estão presentes e daqueles que estão ouvindo. Disse que criaram a Comissão de Saúde Mental e que enviou vários ofícios ao Conselho Municipal de Saúde, a Secretária Municipal de Saúde e ao Dr. Hugo Fagundes perguntando sobre o repasse do Estado e a Emenda Aditiva. Essa verba já teria chegado e precisa de uma posição do CMS/RJ. Que precisa de uma resposta com transparência para que todos saibam caso a verba tenha chegado, onde foi aplicada e se não foi onde será porque precisam desse esclarecimento. Além disso, vem pedindo, rogando pelo amor a “Deus” que coloque na pauta da reunião do Conselho Municipal de Saúde a discussão da Comissão de Saúde Mental e também da CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, pois precisam discutir isso, mas não com vídeo. Por exemplo, o caso ocorrido no CDS da AP 5.1 deve ter acontecido em todas as áreas programáticas, evidentemente. Informou que um paciente estava com suas agendas devidamente marcadas até porque é muito difícil marcar, agendar as consultas e cirurgias. Perguntou quando irão atender isso? Quem dará a resposta para ver isso funcionando nas unidades de saúde com clareza, com transparência? Por mais que estejamos passando como todos pela pandemia de Covid-19, as pessoas estão morrendo também com outras doenças e precisam ser atendidas. Portanto, mais uma vez está fazendo o apelo a todos apesar do momento ser de informe e não de pergunta, mas precisamos ouvir os dois companheiros para se posicionar mediante as três questões que colocou. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** informou que às reuniões ordinárias do CDS da AP 5.2 tem calendário fixo e sempre ocorre no segundo sábado de cada mês. Disse que isso já foi informado e já deve estar na página do CMS/RJ e que vão começar a trabalhar com a questão do pedido de publicação no Diário Oficial. Justificou que na semana passada o que sempre tem dito nesse espaço refere-se a falta e ainda de habilidade dos conselheiros, inclusive de sua parte para trabalhar virtualmente. Ressaltou que isso não é sua prática, pois deixou de se atualizar em relação a informática por conta de sua vivência mais presencial. Passou então a usar mais o computador para produzir textos e enviar mais via e-mail além de usar mais o WhatsApp que é uma comunicação mais ágil e que precisa retornar a prática. Informou que a reunião ordinária de sábado passado do CDS da AP 5.2 não aconteceu por falta quórum, pois muitos conselheiros não conseguiram acessar o ambiente virtual para participar da reunião. Então a reunião ordinária foi remarcada para sábado que vem, dia 18. Inclusive irão disponibilizar o endereço para todos que quiserem participar. Em relação às reuniões extraordinárias serão convocadas sempre que necessário, obviamente, conforme o Regimento Interno. Informou ainda que não teve a reunião prevista para o dia catorze de fevereiro que foi cancelada por causa da Covid-19 e que paralisou as atividades devido o isolamento. Então começaram a retomar as reuniões a partir de maio e já fizemos três reuniões virtuais e iremos fazer a quarta que foi adiada para sábado que vem. O informe a seguir é em relação às comissões temáticas porque os conselheiros precisam se apropriar de conhecimentos como foi antes com o histórico que temos e darmos continuidade ao que foi iniciado pelos outros conselheiros que passaram pelo CMS/RJ e de termos outros subsídios para que possamos colaborar e trabalhar, pois estamos sempre aprendendo. Portanto, a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida está correta e concorda com ela para que possamos aprender mais e nos apropriar mais dos temas para continuarmos a fazer esse trabalho. O outro informe como disse para o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho é que participou da reunião, mas não conseguiu se comunicar

como sempre porque uma pessoa desconfigurou o seu computador iniciando uma confusão. Em relação a fala do conselheiro Ludugério Antônio da Silva referente a Comissão de Saúde Mental que em setembro do ano passado fizeram uma reunião com uma comunidade assistida pelo SUS. Essa comunidade tem como integrantes profissionais de saúde, gestores, usuários e a população em geral. Reuniram-se para reivindicar a Emenda Parlamentar, verba para a saúde mental das AP's 5.1, 5.2 e 5.3, preferencialmente para as CAP's, CAPSI e os Centros de Convivência em Saúde Mental. Esclareceu que a Emenda Parlamentar foi votada e a verba foi enviada para a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que a depositou. Disse que enviaram expedientes ao Dr. Hugo Fagundes e o convidaram não obtendo resposta. Durante a inauguração da enfermaria do Posto de Saúde Belizário Pena conversaram com o Prefeito Marcelo Crivella e cobraram a verba da Saúde Mental. Também cobraram da Secretária Municipal de Saúde, Dra. Ana Beatriz Busch que na ocasião pediu para enviarem ofício. Então o CDS da AP 5.2 enviou ofício para a Dra. Ana Beatriz Busch e o outro para o Dr. Hugo Fagundes solicitando providências, pois desejam pelo menos uma informação sobre o que está acontecendo porque a verba já chegou e não foi efetivada. Informou também que o valor da Emenda Parlamentar é de um milhão de reais para a Comissão de Saúde Mental abrangendo os territórios das AP's. 5.1, 5.2 e 5.3. O CDS da AP 5.2 tem questionado, tem pedido, tem reivindicado, mas as respostas não são dadas e as autoridades não respondem. Precisamos das respostas que devem ser prestadas. Perguntou onde está o Dr. Hugo Fagundes com as respostas, pois ele recebeu o expediente, inclusive falamos com a sua secretária, a Senhora Denise e até hoje não deram resposta e nem posicionamento. Por isso, fica difícil para o Controle Social que precisa dar respostas aos outros componentes desse Controle. Mais um informe que é em relação a outra fala do conselheiro Ludugério Antônio da Silva dizendo ter debatido e requerido das autoridades a questão da comunicação e que está faltando médico, remédio, enfim tudo. Que antes estava acumulado no SISREG, mas não acontece e como exemplo temos a filha da Senhora Izabel que está há três anos na fila do SISREG. No dia da consulta saiu do bairro de Campo Grande com sua filha para ir ao hospital Federal da Lagoa onde o médico que a atendeu mandou-a embora e mesmo tendo feito uma longa viagem foi dispensada assim mesmo sem que sua filha tivesse feito a consulta necessária. Perguntou então quem falhou? O médico que preencheu a guia do SISREG ou outra pessoa responsável? Falta tudo! Informou mais vez que está "batendo na mesma tecla" a questão falada pelo conselheiro Ludugério Antônio da Silva. O informe a seguir é sobre o Bairro de Pedra de Guaratiba que fica muito distante da unidade hospitalar de referência, das UPA's da área da AP 5.2, do Bairro da Barra da Tijuca e também do Bairro de Santa Cruz, pois quando tem algum problema o paciente morre no trajeto ou quando consegue sobreviver damos "graças a Deus". Essa é a realidade da população do Bairro de Pedra de Guaratiba, um verdadeiro abandono. Informou mais uma vez que o CDS da AP 5.2 aprovou em conferência passada providências para ajudar a população do Bairro de Pedra de Guaratiba. Parabenizou a iniciativa do prefeito Marcelo Crivella por ter inaugurado uma enfermaria e um centro de imagens com tomógrafo e raio-X digital no Posto de Saúde Belizário Pena, localizado no centro do Bairro de Campo Grande e que satisfaz a população da AP 5.2. Porém, no Bairro de Pedra de Guaratiba as unidades de saúde não têm ultrassonografia e raio-X digital. Então o prefeito até que poderia fazer o mesmo no Bairro de Pedra de Guaratiba, pois isso já foi pedido pelo CDS da AP 5.2 e deseja ainda informar a todos que está solicitando ao representante da Secretária Municipal de Saúde caso esteja presente na plataforma uma resposta a reivindicação que é antiga e que passou da hora de ser atendida até porque se considerarmos que o Prefeito Marcelo Crivella está doando a outros municípios materiais comprados no ano passado com recursos públicos da prefeitura e, levando-se em conta que ele ainda fez doação de um tomógrafo, de um equipamento de ultrassonografia e de outros

equipamentos ao Hospital Mário Kroeff, que pudesse também fazer com esse mesmo material a inauguração de um serviço semelhante no Posto de Saúde Belizário Pena que fica no Bairro de Pedra de Guaratiba. Então o que falta para que isso ocorra já que ele trouxe toneladas de materiais, de equipamentos, de respiradores, de tomógrafos, de EPI's em aviões. Por isso, pergunto por que está faltando essas coisas? Acontece que nesses municípios periféricos que estão com tomógrafo, com equipamento de ultrassonografia e com eletrocardiograma está faltando nas unidades de saúde da AP 5.2, pois não conseguimos receber o que está sendo doado para os outros municípios. É preciso que o prefeito olhe para a população do território da AP 5.2 e que a Secretaria Municipal de Saúde nos atenda. A **conselheira Monica Fernandes Lahmann** disse que é uma questão, não é informe. A questão é que o Telesaúde foi inaugurado ontem com perspectiva de mil e trezentas consultas semanais. A idéia era que alguém da Gestão respondesse como essas consultas serão feitas? Depois que estiverem remarcadas na própria assistência básica os sistemas irão se falar e se vai ser remarcado? A consulta que será feita via internet cancela automaticamente a outra ou o cliente terá que ir novamente ao posto de saúde para remarcar outra consulta de exame? O próprio médico na teleconsulta poderá marcar uma consulta já que os sistemas vão se falar porque sabe muito bem que os sistemas são criados e depois na prática eles não se falam, inclusive, o SISREG? Indagou ainda se o médico que está atendendo no momento poderá marcar diretamente no SISREG um exame prático para ver como está o andamento desse paciente? Em relação a internet nas unidades de saúde, informou que depois da pandemia tornou-se agravante porque não conseguem se falar, os médicos não estão tendo apoio imediato da internet e já conseguiram algumas informações no próprio CMS/RJ. O **conselheiro Distrital da AP 5.2, Aldair Sales** disse que trouxe uma pauta ao CMS/RJ na qual pedia que fosse enviado um profissional ao CDS da AP 5.2 para falar sobre orçamento e fiscalização. Na época, o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho prometeu, mas esqueceu de trazer esse profissional. Ressaltou que até hoje aguarda esse profissional vir até o CDS da AP. 5.2. O outro informe é que tem uma Emenda Parlamentar onde consta o nome do prefeito, o da presidente do CMS/RJ e da Secretária Municipal de Saúde. Por isso, gostaria de costurar com a presidente distrital da AP 5.2, Neide Maria Neres Tinoco e com o substituto do presidente da distrital da AP 5.1, conselheiro Ludugério Antônio da Silva o que está acontecendo e o que está impedindo para que a verba dessa Emenda Parlamentar chegue ao seu destino final. Como membros do Controle Social estamos querendo saber, pois trata-se de um dinheiro de verba que foi conquistado com luta e que a saúde mental necessita há muito tempo. É por isso que a saúde mental não é bem-vista. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que na próxima semana ocorrerá a reunião extraordinária com os dez presidentes das AP's e conta com a presença do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho, pois tem estratégias e ações para fazer. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezenove horas e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente do CMS/RJ Maria de Fátima Gustavo Lopes.


Marcelo Dionízio Gomes


Maria de Fátima Gustavo Lopes